



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, TRABALHO E REDAÇÃO

Parecer nº 157/2023

Referência: Processo nº 1.016/2023

Assunto: Substitutivo ao Projeto de Lei nº 061, de 28 de junho de 2023

Autor (a): Poder Executivo Municipal

Assinado por: Prefeita Municipal Eliene Liberato Dias

I - RELATÓRIO:

O Substitutivo ao Projeto de Lei nº 061, de 28 de junho de 2023, que *“Institui o Programa de Recuperação de Créditos do Município de Cáceres - Programa REFIS 2023, e dá outras providências, em apenso.”*.

Este é o Relatório.

II – DO VOTO DO RELATOR:

Trata-se de Substitutivo ao Projeto de Lei nº 061, de 28 de junho de 2023, de autoria do Poder Executivo Municipal, representado pela Excelentíssima Prefeita Municipal Antônia Eliene Liberato Dias, que *“Institui o Programa de Recuperação de Créditos do Município de Cáceres - Programa REFIS 2023, e dá outras providências, em apenso.”*.

Analisando a Exposição de Motivos, verifica-se que foi dito o seguinte:



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

“Informamos, para fins de juntada, que o referido Projeto de Lei fora encaminhado ao Poder Legislativo, por meio do Ofício nº 1.322/2023-GP/PMC, sob o Protocolo 1.181/2023 (CMC), em 30/06/2023.

Esclarecemos que foi necessária a alteração da data de início do programa e do desconto oferecido no inciso I do Art. 12 do PL 61/2023, o que motivou a apresentação do presente Substitutivo.

Para instrução do presente, a fim de subsidiar a análise dos nobres edis, encaminhamos a seguinte documentação, anexa:

- Justificativa da Secretaria Municipal de Fazenda;
- Impacto de Dívida Ativa.

Valemo-nos da oportunidade para, com a devida vênia, reiterar o pedido para deliberação e aprovação da citada matéria, em caráter de urgência urgentíssima.

Ao ensejo, reafirmamos os votos de estima e consideração, extensivo aos seus nobres Pares.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS Prefeita de Cáceres”

Com efeito, verifica-se que as competências do Chefe do Poder Executivo Municipal, estão elencadas no artigo 48, da Lei Orgânica Municipal, a saber:

“Art. 48. São de iniciativa privativa do Prefeito Municipal as leis que disponham sobre: 90 (Emenda nº 10 de 03/12/2003)

I - a criação e transformação de cargos, funções ou empregos públicos na administração pública direta, indireta, autárquica e fundacional, bem como a fixação ou o aumento da respectiva remuneração, exceto aquela que tratar do subsídio dos Secretários Municipais, quando a iniciativa será privativa do Poder Legislativo;91 (Emenda nº 10 de 03/12/2003)

II - servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;92 (Emenda nº 10 de 03/12/2003)



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

III - criação, estruturação e atribuições das secretarias ou departamentos equivalentes e órgãos da Administração Pública Municipal; 93 (Emenda nº 10 de 03/12/2003)

IV - organização administrativa, matéria orçamentária, serviço público e pessoal da administração; e 94 (Emenda nº 13 de 20/12/2005)

V - abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, concessão de auxílio, prêmio ou subvenção. (Emenda nº 10 de 03/12/2003)”

Portanto, verifica-se que o presente projeto de lei visa obter autorização legislativa para que o município de Cáceres/MT, institua o Programa de Recuperação de Créditos do Município de Cáceres - Programa REFIS 2023, e dá outras providências, em apenso.

Destaca-se a importância do refinanciamento de débitos para a economia cacerense, pois, o programa gera emprego, renda, fomenta a economia e num momento de aperto, de dificuldade, auxilia o nosso município a ter fluxo de caixa para pagar os funcionários.

O Refis possibilita ainda, por meio de parcelamentos e outras condições de pagamento, que os empresários que estão com débitos tributários possam se organizar para quitar as suas dívidas.

É, ao mesmo tempo, uma forma que o município tem para incrementar a arrecadação, tendo em vista que é com o dinheiro dos impostos, que são realizadas ações e políticas públicas em todas as áreas de interesse da sociedade como Saúde, Infraestrutura, Segurança, Educação, Esporte, Lazer e Cultura.

Por fim, verifica-se que foi anexado ao referido projeto de lei o Impacto de Dívida Ativa, cumprindo assim os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

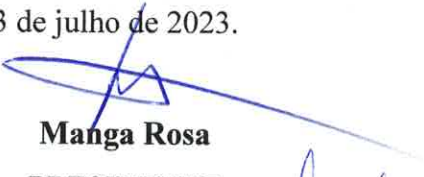
Assim, cumprido os requisitos legais, e, baseando nos fundamentos acima citados, voto pela **constitucionalidade e legalidade** do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 061, de 28 de junho de 2023.

III – DA DECISÃO DA COMISSÃO:

A Comissão de Constituição e Justiça, Trabalho e Redação acolhe e acompanha o voto do Relator, votando pela **constitucionalidade e legalidade** do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 061, de 28 de junho de 2023.

É o nosso parecer, o qual submetemos à elevada apreciação Plenária.

Sala das Sessões, 03 de julho de 2023.



Manga Rosa

PRESIDENTE



Pastor Júnior

RELATOR



Leandro dos Santos

MEMBRO